

# CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

**Desafios metodológicos e resultados empíricos**

**Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)**



**Atena**  
Editora

**Ano 2021**

# CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

**Desafios metodológicos e resultados empíricos**

**Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)**



**Atena**  
Editora

**Ano 2021**

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Ciências sociais aplicadas: desafios metodológicos e resultados empíricos

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Luciana Pavowski Franco Silvestre

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: desafios metodológicos e resultados empíricos / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-156-2

DOI 10.22533/at.ed.562211406

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Desafios metodológicos e resultados empíricos”. Com temáticas relevantes em relação a área de Ciências Sociais, são apresentados ao todo vinte e seis artigos organizados em seis principais temáticas.

Os artigos possibilitam o acesso a análises que objetivam reconhecer metodologias de pesquisas e de ensino, além de aproximações e aprofundamentos analíticos voltados para as áreas de educação, relações comerciais e de mercado, manifestações culturais e midiáticas, relações estabelecidas entre religião e política, tecnologia e impactos na vida cotidiana e por fim meio ambiente e contextos rurais.

Nos artigos em que são tratados os processos educacionais e de ensino, são realizadas análises e reflexões sobre metodologias e processos de gestão.

As relações comerciais e de mercado são pautadas com pesquisas voltadas para a análise dos impactos da pandemia, relações jurídicas e governança corporativa, enquanto as manifestações culturais foram pesquisadas a partir do reconhecimento do impacto e da interferência da mídia nas relações sociais contemporâneas.

As pesquisas com temáticas voltadas para a religião, possibilitam reflexões e análises com a questão política e relações sociais permeadas por modelos e posicionamentos diante dos processos de exclusão e desigualdades existentes.

As possibilidades de interação e inclusão são pautadas nas pesquisas que tratam da tecnologia enquanto ferramentas estratégicas para resolução de questões postas para pessoas com deficiência, entre as diferentes gerações e também nas relações empresariais.

Por fim, o meio ambiente é contemplado em pesquisas que relacionam a temática com o patrimônio cultural, unidades de conservação e gestão de cobertura vegetal.

Com temática contemporânea e relevante, espera-se com os artigos apresentados neste e-book a socialização de pesquisas realizadas, bem como, a contribuição para realização de novos questionamentos e análises das temáticas a partir de diferentes perspectivas teóricas.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **METODOLOGIA QUALITATIVA E QUANTITATIVA: PERSPECTIVAS CONVERGENTES NA PESQUISA EMPÍRICA**

Francisco Mesquita de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.5622114061**

### **CAPÍTULO 2..... 12**

#### **METODOLOGIAS DE ENSINO EM CONTABILIDADE: PERCEÇÃO DE DISCENTES BRASILEIROS E ANGOLANOS**

Kuama Berline Manuel

Antônio Carlos Ribeiro da Silva

Thayse Santos da Cruz

José Venâncio Ferreira Neto

Erisson Souza Barreto da Cruz

**DOI 10.22533/at.ed.5622114062**

### **CAPÍTULO 3..... 28**

#### **GRAU DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO**

Fabrizio Meller da Silva

Natália Ferraz de Araújo

Taynara Maria Johann Batista

Vanderlei da Silva Sampaio

**DOI 10.22533/at.ed.5622114063**

### **CAPÍTULO 4..... 48**

#### **O EFEITO DA REPETIÇÃO DE TAREFA NA PRODUÇÃO ORAL EM PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA**

Benedita Maria do Socorro Campos de Sousa

**DOI 10.22533/at.ed.5622114064**

### **CAPÍTULO 5..... 66**

#### **APLICAÇÃO DA GESTÃO ESTRATÉGICA NO CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

Marcos Vinícius Mendonça Andrade

Ana Rosa dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.5622114065**

### **CAPÍTULO 6..... 81**

#### **COVID-19: IMPACTOS NAS VENDAS DE PRODUTOS DE GIRO RÁPIDO NO ANO DE 2020 DURANTE A PANDEMIA**

José de Figueiredo Belém

Daniel de Melo Moraes

Greice Kally Oliveira Batista

Cícera Vanessa Lins Ferreira

Cícero Alessandro Brito Barbosa

**DOI 10.22533/at.ed.5622114066**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>94</b>
O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES, DO ESTADO E DO MERCADO NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA CAPITALISTA NO ESTADO DO PARÁ: UMA BREVE ANÁLISE	
André Cutrim Carvalho Pere Petit	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5622114067</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>107</b>
PLANO DE NEGÓCIOS - NUTRI & <i>FOOD</i>	
Rafaela de Oliveira Melo Salgado de Sabóia Antônio Carlos Magalhães da Silva José Antônio Menezes Varanda Maisa Sandra de Sá Bezerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5622114068</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>121</b>
CONVERGÊNCIAS ENTRE GESTÃO PÚBLICA, ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E TEORIAS SOBRE AS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS: O CASE TÁXIGOV	
Eelson Cedro Mira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5622114069</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>138</b>
RELAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÃO ECONÔMICA: UM PONTO DE CONTATO EM HOBBS	
João Pedro Lopes Fernandes Matheus Correa de Sousa Heleno	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56221140610</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>155</b>
RENTABILIDADE DAS EMPRESAS LISTADAS NO NÍVEL 2 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NA BM&FBOVESPA	
Andressa Bender André Luiz Comunelo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56221140611</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>170</b>
AS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS EM UM CENÁRIO DOMINADO PELA MIDIATIZAÇÃO: O MOVIMENTO FEIRA COLETIVO CULTURAL	
Daniela Costa Ribeiro Fabiola Barbosa Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56221140612</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>181</b>
A JUVENTUDE CRIMINOSA: UMA PERSPECTIVA MIDIÁTICA	
Amanda Santos Nogueira Maria Gorett Freire Vitiello Tales Leon Biazão Sanches Vera Lucia Tieko Suguihiro	

Eliza Adriana Sheuer Nantes  
DOI 10.22533/at.ed.56221140613

**CAPÍTULO 14..... 188**

DOM ADRIANO – O BISPO COMUNISTA

Adriana Bastos Kronemberger

DOI 10.22533/at.ed.56221140614

**CAPÍTULO 15..... 196**

RELIGIÕES POPULARES E CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA: INTERFACES ENTRE  
CONCEPÇÕES MÁGICAS E SECULARES

Rodrigo Marques Leistner

DOI 10.22533/at.ed.56221140615

**CAPÍTULO 16..... 212**

A ICONOGRAFIA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Christiane Meier

DOI 10.22533/at.ed.56221140616

**CAPÍTULO 17..... 228**

PRODUÇÃO DE DISPOSITIVOS PARA AUXILIAR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NOS  
MEMBROS SUPERIORES NA UTILIZAÇÃO DE APARELHOS ELETRÔNICOS COMO  
CELULARES E SMARTPHONES

Luisa Gmach Taffarel

Nathália Magalhães Gonçalves

Cornélio Schwambach

DOI 10.22533/at.ed.56221140617

**CAPÍTULO 18..... 238**

INTERAÇÕES TEMPORAIS NA ERA DA CONVERGÊNCIA: PERSPECTIVAS DAS  
GERAÇÕES Y E Z NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS

Moisés Cardoso

Álvaro Nunes Larangeira

Alexandre Artur Kumm

DOI 10.22533/at.ed.56221140618

**CAPÍTULO 19..... 255**

MARKETING DIGITAL - ESTRATÉGIA COMPETITIVA DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES:  
UM ESTUDO DE CASO EM UMA REDE EMPRESARIAL NA REGIÃO DO CARIRI, CE

Francisco Wagner Alves da Silva

Márcia Maria Leite Lima

Pedro Ferreira de Lima

DOI 10.22533/at.ed.56221140619

**CAPÍTULO 20..... 269**

EMISSIONES DE GASES EFEITO ESTUFA NA PRODUÇÃO DE *COFFEA CANEPHORA*

Nilmar Diogo dos Reis

Fúlvio Antas Gibello

Jaqueline Severino da Costa  
Luiz Gonzaga de Castro de Junior  
Renato Elias Fontes  
André Luís Machado

**DOI 10.22533/at.ed.56221140620**

**CAPÍTULO 21.....287**

**PAISAGEM CULTURAL: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO**

Clodomir Barros Pereira Junior  
Sandra Millicent Xavier Alves  
Ingrid Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.56221140621**

**CAPÍTULO 22.....299**

**IDENTIFICAÇÃO DA FRAGILIDADE AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO  
COMO SUPORTE AO PLANEJAMENTO, GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE:  
ESTUDO DE CASO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS**

Ronaldo Ferreira Maganhotto  
Letícia Silva de Moraes  
Marciel Lohmann  
Jairo de Oliveira Calderari Junior  
Luiz Claudio de Paula Souza  
Diogo Luders Fernandes

**DOI 10.22533/at.ed.56221140622**

**CAPÍTULO 23.....313**

**IMPACTO GERADO PELA ADOÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FAIRTRADE PARA  
PRODUTORES DE CAFÉ: UMA ANÁLISE SOBRE A ÓTICA ECONÔMICA E SOCIAL**

Nilmar Diogo dos Reis  
Marina de Barros  
Luiz Gonzaga de Castro de Junior  
Antonio Carlos  
Jaqueline Severino da Costa

**DOI 10.22533/at.ed.56221140623**

**CAPÍTULO 24.....330**

**INVISIBILIDADE DO QUE É VISIVEL NOS CONTEXTOS RURAIS**

Laércio de Souza  
Lucia Helena de Souza Martins  
Valmor Schiochet  
Luciano Félix Florit

**DOI 10.22533/at.ed.56221140624**

**CAPÍTULO 25.....343**

**PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARA UM PRODUTO DA LINHA DE MUDAS DE  
FLORES**

Ana Carolina Althaus Bittencourt  
Elian Mokfa Braciak

Bruna de Picoli  
Rafaela Morgan  
Luciane Fátima Nardi  
Alaércio de Paris  
Olivan Borges Greiner  
Luciana Maria Bernstein Pavan  
Rosângela Marcia Weippert  
**DOI 10.22533/at.ed.56221140625**

**CAPÍTULO 26.....355**

**AGENDAS PESSOAIS ENQUANTO EGODOCUMENTO: A REFLEXÃO ÍNTIMA NO ACERVO DA DR<sup>a</sup>. GILBERTA BENSABATH**

Augusto César Luiz Britto  
Ana Paula Silva de Souza  
Analaura Corradi

**DOI 10.22533/at.ed.56221140626**

**SOBRE A ORGANIZADORA.....363**

**ÍNDICE REMISSIVO.....364**



# CAPÍTULO 15

## RELIGIÕES POPULARES E CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA: INTERFACES ENTRE CONCEPÇÕES MÁGICAS E SECULARES

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 30/04/2021

### Rodrigo Marques Leistner

Doutor em Ciências Sociais pelo PPG em Ciências Sociais da UNISINOS. Professor Adjunto da Área de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG Rio Grande – Rio Grande do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/4061713936859121>

**RESUMO:** o trabalho examina as interfaces entre os campos religioso e político no Brasil, buscando identificar as possíveis relações entre determinados sistemas de crença e a cultura política brasileira. Questiona-se o modo como as práticas religiosas populares influenciam as pautas de comportamento e de orientação da ação política de determinados segmentos sociais do país. Para tanto, a discussão concentra-se nas religiões afro-brasileiras e em determinadas denominações do campo neopentecostal, que apesar das inúmeras diferenças rituais e cosmológicas compartilham conteúdos simbólicos comuns, especialmente aqueles associados às concepções mais estabilizadas sobre as “religiosidades populares”. Trata-se de avaliar as possíveis influências que os códigos de crença estruturados nessas práticas articulariam junto às atitudes e comportamentos dos adeptos em torno de uma *práxis* política.

**PALAVRAS - CHAVE:** religiões populares; sistemas de crença; pensamento secular; cultura

1 Para uma revisão mais aprofundada do conceito, ver Martín (2009).

política.

### POPULAR RELIGIONS AND BRAZILIAN POLITICAL CULTURE: INTERFACES BETWEEN MAGICAL AND SECULAR CONCEPTIONS

**ABSTRACT:** the work examines the interfaces between the religious and political fields in Brazil, seeking to identify possible connections between certain belief systems and brazilian political culture. Another question is how popular religious practices influence the patterns of behavior and orientation of the political action of certain social segments of the country. To this end, the discussion focuses on afro-brazilian religions and denominations of neopentecostal field, that despite numerous differences rituals and cosmological share common symbolic contents, especially those associated with the conceptions more established of “popular religiosity”. It is evaluating the possible influences that codes of belief structured along these practices articulate the attitudes and behaviors of followers around a political *praxis*.

**KEYWORDS:** popular religions; belief systems; secular thought; political culture.

## 1 | INTRODUÇÃO

O conjunto das crenças religiosas populares é central no ordenamento simbólico da cultura brasileira. Embora o próprio conceito de religião popular demonstre-se problemático<sup>1</sup> - abrangendo inúmeras formas religiosas que

mantém diferenças substanciais no que se refere à estratificação social de seus quadros ou às formas de institucionalização das experiências devocionais -, parece ser correto afirmar que, no país, a repartição do campo religioso em seu registro popular corresponde a certas denominações estruturadas em sistemas cognitivos contíguos àquilo que a antropologia categorizou como próprios do pensamento mágico. Em que pese todas as complexidades da noção de magia (Cf. PELS, 2003), trata-se de formas mais individualizadas de crença, destituídas de ética coletiva e orientadas à resolução dos problemas do mundo prático. O que também parece relevante é que os sistemas de crença fundados nessas matrizes têm se conservado no país desde o período colonial, num vasto repertório de práticas que incluem “curandeirismos” e “sincretismos” religiosos variados (Cf. MAGGIE, 1992).

Ampliando essas ideias, ao contrário do que poderiam prever os prognósticos sobre a secularização das consciências, observa-se no país uma expansão dessas crenças nos próprios hipercentros urbanos. Cidades como São Paulo, exemplos de urbanização e consolidação das lógicas racionais capitalistas, apresentam em seus subúrbios a multiplicação de templos afro-brasileiros e neopentecostais, nos quais a oferta mágico-religiosa é altamente valorizada, ora com base em empresas de cura divina, ora a partir de inúmeras agências de mediação com realidades sobrenaturais<sup>2</sup>. Destaque-se ainda que entre os consumidores dos bens simbólicos disponibilizados por essas agências encontram-se atores dos mais diversificados estratos, demonstrando que, no caso brasileiro, os sistemas cognitivos articulados nessas práticas ultrapassam a própria fronteira espacial dos cultos. Dito de outro modo, o Brasil comporta um amplo sistema de representações baseado em perspectivas mágicas, a ideia de sobrenatural sendo parte significativamente constitutiva do sistema cultural brasileiro (VELHO, 1994)<sup>3</sup>.

Disso conclui-se que um olhar sobre as realidades culturais e políticas do país passa pelo viés dos códigos de crença em jogo no tecido social. E desse modo, analisar os comportamentos políticos que emergem nesse contexto demanda um olhar em relação aos sistemas simbólicos que contemplam de modo mais efetivo aqueles códigos: as religiões populares. É justamente nessa perspectiva que a discussão aqui proposta se desenvolve. Trata-se de examinar as interfaces entre os campos religioso e político identificando as possíveis relações entre certos sistemas de crença e a cultura política brasileira. Questiona-se o modo como as práticas religiosas populares (dotadas de conteúdo mágico) influenciam as pautas de comportamento e os padrões de orientação política de determinados segmentos sociais<sup>4</sup>.

2 A detecção do crescimento dessas vertentes nos grandes centros urbanos já fora abordada nos trabalhos de Camargo (1961), Negrão (1996) e Mariano (2004).

3 Segundo Velho (1994), um sistema cultural é composto por unidades básicas indissociáveis tais como os elementos cognitivos e afetivos, os códigos morais e de crença, que são expressos num conjunto de representações que caracteriza aquele sistema. De acordo com o autor, o sistema cognitivo próprio dos cultos populares - baseados em concepções mágicas - é amplamente compartilhado na cultura brasileira.

4 O conceito de cultura política é trabalhado nesse artigo de acordo com a proposição de Gabriel Almond e Sidney Verba (1985), vinculando-se à distribuição particular dos padrões de orientação com respeito a objetos políticos entre os membros de determinadas coletividades.

## 21 SECULARIZAÇÃO ENCANTADA NA ESFERA PÚBLICA BRASILEIRA

Compreender as relações entre política e religião no contexto estudado passa necessariamente por considerações sobre a estruturação do campo religioso do país e sobre o processo de secularização, em sua versão brasileira. É possível avaliar que, no Brasil, tal processo atuou em dois sentidos. Em conjunto com o processo de laicização do Estado (*disestablishment*) engendrou-se uma efervescente lógica de pluralização do campo religioso, a partir da livre-concorrência entre diversas formas religiosas anteriormente praticadas de maneira dissimulada sob a hegemonia católica.

Se é factível considerar que a laicização do Estado favoreceu a diversificação do campo religioso, é ainda mais pertinente avaliar que tal processo não correspondeu à lógica central evidenciada na ótica weberiana, relativa não apenas à separação total entre Estado e religião, mas ao processo de “desencantamento” contido em visões de mundo cada vez mais racionalizadas – aquilo que Peter Berger (1973) denominou como “secularização das consciências”. Ao contrário, como propõe Burity (2001), em primeiro lugar, observou-se na modernidade tardia brasileira uma espécie de “reencantamento”, lógica baseada em novas formas de aderir ao religioso, em maneiras menos institucionais e mais pessoais de crer, que se promovem de acordo com um trânsito constante que permeia as mais diversificadas ofertas religiosas. Assim, aquelas práticas dotadas de “magia” encontraram realidades favoráveis para se adaptar à sociedade brasileira contemporânea. Em outra medida, a propalada separação total entre religião e espaço público deve ser relativizada, detectando-se um eminente retorno da religião à esfera pública, especialmente a partir de uma “reabertura dos espaços públicos - institucionalizados ou não - à ação organizada de grupos e organizações religiosas” (BURITY, 2001, p. 29). Essa reaproximação de campos anteriormente apartados pela razão secular se promove com base em mudanças históricas que vêm desconstruindo as fronteiras entre o público e o privado. Com o processo de pluralização cultural e religiosa, e com base numa luta por espaços de representação político-identitária (promovida entre diferentes grupos culturais e religiosos), tanto o Estado têm sido convocado a regular as relações tensas que se engendram nesses processos, quanto os grupos religiosos passaram a buscar espaços de representação política, seja através de disputas eleitorais, seja através da obtenção de recursos públicos visando atividades filantrópicas.

Essas constatações levam a três considerações principais: a) em primeiro, a lógica do reencantamento do mundo, conduzida por formatos menos institucionalizados e mais pessoais de crer, engendrou um campo favorável à proliferação de concepções mágico-religiosas (mais individualistas e menos éticas), permeadas por sincretismos e bricolagens de diversos tipos, as quais já encontravam em território brasileiro uma ampla projeção desde o período colonial; b) se a profusão desses sistemas de crença já implicaria em suposições sobre sua influência junto aos aspectos da cultura política, a concepção

inerente a um retorno do sagrado aos espaços de representação próprios da esfera pública, especialmente a partir da redemocratização brasileira dos anos 1980, corrobora ainda mais com a constatação dessa pertinência; c) finalmente, essas duas considerações ratificariam as matrizes interpretativas que reiteraram a cultura política brasileira como tipificação de um contexto moderno *inacabado*, numa relação em que a proliferação da magia estaria diretamente relacionada a uma *práxis* política personalista, clientelista e paternalista. Categorias como essas estariam diretamente ligadas aos aspectos individualistas e não éticos presentes nos cultos de acepção mágica, cuja expressão máxima poderia ser referida nas relações de “troca” presentes em universos religiosos e políticos: as trocas devocionais, comuns nas relações diretas entre adeptos e divindades da religiosidade popular, expressando seu correlato político: as trocas personalistas e clientelísticas estabelecidas entre atores políticos e agentes sociais diversos.

No entanto, antes de adentrarmos o campo das interpretações, deve-se recuperar um pouco do histórico e características das práticas religiosas aqui estudadas - concebidas como heurísticas das relações analisadas. Assim, três traços essenciais são evidenciados: (i) as premissas ético-morais contidas em cada sistema de crença; (ii) a configuração do modelo de “sujeito” que emerge nesses esquemas cognitivos; (iii) a participação direta dos agentes religiosos ligados aos campos afro-religioso e neopentecostal na esfera pública.

### 3 | RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

Como se sabe, as religiosidades de matriz africana surgem no território brasileiro a partir da introdução do elemento negro no sistema escravagista, se adaptando de modo distinto em cada região do país, onde estiveram submetidas a processos de troca cultural específicos. Assim, desenvolveram-se como Candomblé na Bahia, Xangô em Pernambuco ou Batuque no Rio Grande do Sul. Apesar de traços diferenciais, todas mantêm características comuns como o uso hegemônico da linguagem ritual iorubana, as práticas sacrificiais e a possessão pelos orixás - divindades que compõem os panteões. Inicialmente concebidas como “religiões étnicas”, tais práticas se universalizaram, sendo hoje freqüentadas pela população branca e indivíduos de diversificados segmentos sociais do país (PRANDI, 1991) – embora, na grande maioria dos casos, ainda se denotem como cultos radicados nas periferias das grandes cidades brasileiras (BRUMANA e MARTÍNEZ, 1991). Em outros contextos, especialmente no sudeste brasileiro, formas mais sincréticas e ocidentalizadas desenvolveram-se, caso da Umbanda, configurada a partir de uma fusão de traços de matriz africana, espíritas e católicos, na maior parte dos casos adotando o uso do português em sua liturgia e recusando as práticas de imolação (Cf. NEGRÃO, 1996).

Um fator pertinente se refere à impossibilidade de culto aos antepassados das famílias africanas na adaptação brasileira dessas religiosidades. Conforme demonstrou Prandi (2000), seriam as divindades dos clãs africanos as que detinham autoridade moral

sobre os adeptos. Com o desaparecimento dessa dimensão em decorrência da dissolução da família negra no escravismo, a tarefa de moralização do elemento negro no Brasil colonial seria provida com base num sistema jurídico já estabelecido e em conformidade com as tradições judaico-cristãs, então hegemônicas no país. Ressalte-se aqui, como bem observou Pierucci (2000, p. 301), que os orixás (divindades de comunidades amplas), ao contrário dos ancestrais, não configuram deuses moralistas que condenam ou castigam o mal. Desse modo, correspondem a um oposto da perspectiva teológica contida nas religiosidades surgidas da palavra e da ação dos grandes profetas, cuja ideia basilar se assenta na regulamentação ética e moral da vida cotidiana dos crentes. Assim, nessas práticas, a dimensão ritual tende a ser decisivamente enfatizada, e como corroborou Prandi (2000, p. 77), “podem ser caracterizadas como religiões rituais cuja dimensão mágica supera em muito a dimensão que diz respeito aos aspectos morais (...)”. Nesse contexto, tais religiões já nascem no Brasil como práticas individualistas e não-éticas. Cada unidade de culto se desenvolve com ampla autonomia, e o forte conteúdo mágico favorece a constituição de inúmeras agências de serviços religiosos.

Em geral, os cultos são estruturados com base numa figura centralizadora (o sacerdote) e seus iniciados (filhos-de-santo), na concepção de uma grande família mística na qual o adepto torna-se filho espiritual de seu iniciador e irmão dos outros componentes do templo. Na cosmovisão afro-religiosa, cada iniciado ainda é filho mítico de um orixá, com o qual mantém relações indissociáveis ao longo da vida. É essa divindade que lhe protege no cotidiano, e a ela se deve oferendas e sacrifícios esporádicos como forma de reatualização dos vínculos místicos. A identidade pessoal de cada iniciado é construída com base numa combinação entre suas próprias características e as simbologias associadas às divindades que lhe dizem respeito, as quais possuem diferentes personalidades e estereótipos (geralmente retratados nas narrativas mitológicas que revelam o passado vivido de cada orixá). Desse modo, como observou Goldman (1985), as religiões de matriz africana fornecem padrões de comportamento que modelam, ajustam ou legitimam as atitudes do fiel em sua *práxis* cotidiana, como um processo de validação social de condutas que a pessoa possui ou deseja possuir. O sujeito que emerge nessa pertença religiosa pode ser concebido como extremamente “descentrado”: na medida em que os padrões de comportamento são ajustáveis, e que a inexistência de códigos morais precisos não restringe essas possibilidades, pode-se ser aquilo que se deseja. Os tabus e interdições presentes nos códigos afro-religiosos se limitam à relação entre indivíduo e sua divindade correspondente.

O processo de desenvolvimento dessas religiosidades no país foi promovido em conjunto com uma extrema repressão social, primeiramente promovida pela Igreja Católica e pelo Estado, que visou coibir as práticas de curandeirismo e feitiçaria, e mais recentemente pelos segmentos evangélicos, numa disputa acirrada pelos consumidores dos serviços mágicos. Como iniciativas de reação a tais realidades, sobretudo a partir da

maior liberdade religiosa no País, os adeptos dos templos afro passaram a organizar-se a partir de instituições federativas e, de sobremaneira, apostando em candidaturas a cargos públicos. Entretanto, como inúmeros estudos vêm ratificando, esses empreendimentos na arena política não apresentam êxito. Algumas pesquisas realizadas mais especificamente no Rio Grande do Sul têm verificado na competição interna, na descentralização de poder e na fragmentação do campo africanista os principais motivos desses insucessos (ORO, 2001). Logicamente, o fracasso eleitoral dos candidatos representantes dessas religiões se conectaria ainda àquelas lógicas de uma pertença individualizada e descentrada, fomentada pela visão de mundo afro-religiosa, a qual não favoreceria ações coletivas e projetos políticos comuns. No que se refere às possíveis tendências dos adeptos identificados com essas religiões nos processos ligados a uma *práxis* política mais ampla, a dimensão não-ética e o individualismo descentrado sugerem possibilidades favoráveis à contemplação das relações clientelísticas e personalistas existentes no país (PRANDI, 1996).

#### 4 | RELIGIÕES NEOPENTECOSTAIS

As religiões neopentecostais emergem no Brasil em acordo com a constante pluralização das tendências cristãs no país, se configurando como um dos principais troncos do protestantismo brasileiro. O segmento protestante surge no século IX com a chegada do luteranismo introduzido pelo expressivo contingente de imigrantes alemães, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a partir de 1824 (Cf. PIERUCCI, 2000). Como se sabe, desde o Século XX o protestantismo se divide em duas categorias principais, os “históricos” e os “pentecostais”. Os protestantes históricos se subdividem entre protestantismo de imigração e protestantismo de conversão. Os primeiros, Luteranos, Anglicanos e Metodistas, designam a tendência mais próxima ao ramo original da Reforma, trazido ao país por imigrantes europeus. Os segundos, Presbiterianos, Batistas e Episcopais, referem-se às tendências que aportaram no Brasil a partir do trabalho dos missionários que chegavam dos Estados Unidos, com a finalidade de converter os brasileiros.

Por sua vez, os protestantes pentecostais começam a se manifestar no país com o surgimento dos primeiros templos no início do Século XX, configurando-se como herdeiros dos movimentos revivalistas que tiveram início nos Estados Unidos, em fins do Século IX, baseados no fenômeno bíblico de pentecostes (BRUMANA e MARTÍNEZ, 1991). No Brasil, se apresentam sob inúmeras denominações, sendo o segmento que mais cresce no campo religioso nacional (MARIANO, 2004). Algumas diferenciações entre as denominações passaram a fornecer uma classificação de duas tipologias básicas: os pentecostais tradicionais, cujos exemplos são as Igrejas “Assembléia de Deus”, “Igreja do Evangelho Quadrangular” e “Igreja Deus e Amor”; e os neopentecostais, que se destacam como a forma religiosa mais representativa entre todos os segmentos protestantes brasileiros, a que mais cresce e a que mais agregou concepções mágicas em suas elaborações simbólicas,

distanciando-se de modo substancial das formas originárias contidas no protestantismo europeu. Destaque-se que a incorporação desses elementos parte inclusive de uma cooptação de signos das próprias religiões afro-brasileiras, em dinâmicas mimeticamente produzidas nos processos de reposicionamento identitário próprios do campo religioso brasileiro (Cf. ORO, 2006). Nesses termos, o neopentecostalismo vem agregando os elementos centrais daquelas cosmologias, como a crença na possessão e na feitiçaria, os quais são ritualmente ressignificados em empreendimentos que visam se apropriar dos sistemas de mediação com o sobrenatural considerados eficazes por amplas parcelas da população (Cf. SILVA, 2005). Como bem lembrou Oro (1997), essa apropriação parece decorrer de uma disputa pelo mesmo espectro do mercado religioso, as classes populares, o que por sua vez demandou a incorporação de elementos valorizados pelas camadas consumidoras dos serviços mágicos disponíveis. Algumas denominações importantes do neopentecostalismo atual designam a “Igreja Internacional da Graça de Deus”, “Igreja de Nova Vida” e “Renascer em Cristo”.

Entretanto, a vertente que parece projetar maior representatividade no campo político brasileiro corresponde à “Igreja Universal do Reino de Deus”, fundada no Rio de Janeiro em 1977. A IURD apresenta hoje um espantoso crescimento, tanto em número de adeptos quanto em relação a uma sólida consolidação institucional. Organizada a partir de uma forte estrutura administrativa e mercadológica, utilizando-se de sofisticadas estratégias de marketing institucional, detém um invejável crescimento econômico, dispendo de inúmeros templos espalhados por todo o país e de um império midiático composto por uma emissora de televisão, um jornal impresso de circulação por todo o território nacional e algumas emissoras de rádio. Com base nesse poder econômico e editorial, desde a década de 1980 adentrou às disputas da arena pública visando obter representatividade política, demonstrando uma eficácia eleitoral especial e elegendo diversos representantes no legislativo do país.

Conforme Pierucci (2000, p. 296), essas práticas elaboraram conteúdos religiosos eficientes em termos práticos, voltados a soluções para a vida cotidiana dos adeptos, sendo pouco exigentes em um sentido ético e descomplicadas do ponto de vista doutrinário. Conservam do pentecostalismo clássico as tendências fortemente emocionais, voltadas para o êxtase, destacando-se a glossolalia, o exorcismo e o milagre, experimentados como resultados imediatos na vida dos convertidos. Nesse sentido, um conjunto de elementos mágicos são ressignificados e somados à doutrina neopentecostal originária, tais como banhos fluídicos e queima de incensos, além de uma readaptação do transe, tão comum nos terreiros afro.

Ari Oro (1997) refere que essas religiões exploram concepções oriundas do pensamento medieval, a partir da compreensão do mundo como uma constante tensão entre os demônios (causadores do mal) e Deus (caudatário absoluto do bem). Como recorda Prandi (1996), se os demônios são responsáveis pelo mal, e se a ação diabólica está por

toda a parte no mundo, a ética contida nessas práticas conduz a um dualismo entre bem e mal, no qual o compartilhar do bem só é possível com base na recusa do mundo concreto. Tal recusa é processada quando o indivíduo se afasta da esfera profana ao se resguardar no universo simbólico codificado pela doutrina e pelo pastor. A partir de então, o dinheiro passa a ser visto como produtivo para a ampliação da obra de Deus, e a política, como espaço para o combate às corrupções do demônio. No entanto, como economia e política são esferas mundanas, devem ser gestadas pelos sacerdotes, que receberão o dízimo e cooptarão uma esmagadora parcela de eleitores alocados nos quadros sociais das Igrejas.

Essas considerações projetam duas matrizes pelas quais é possível pensar os códigos éticos e os possíveis sujeitos que emergem nas pertencas pentecostais. Com base nessa ética binária do bem e mal absolutos, que propõe a rejeição do mundo e sua administração pelo corpo diretivo da Igreja, observa-se uma combinação insólita que aponta para uma espécie de “individualismo holista”. O indivíduo deve agir segundo os padrões individualistas do capitalismo moderno visando prosperar economicamente e fornecer sustento à obra divina, ao mesmo tempo em que deve obedecer a uma hierarquia rígida na qual os pastores o conduzem ao caminho do bem. O sujeito é indivíduo no mundo profano, pois é competitivo e tem suas preocupações pessoais atendidas pela eficácia mágica proposta nos cultos. Entretanto, se encontra hierarquicamente situado numa coletividade unificada pela institucionalização das experiências religiosas.

No que se refere à presença do neopentecostalismo na arena pública e no campo político, seu proselitismo exacerbado levou a uma contundente expansão dessas denominações, e um dos principais mecanismos de institucionalização e ocupação de espaços sociais tem sido a eleição de representantes para a sociedade política. Segundo Ari Oro (2003), o sucesso eleitoral dos candidatos neopentecostais, e mais especificamente aqueles ligados à Igreja Universal do Reino de Deus, decorre de uma combinação de fatores que se relacionam com o carisma institucional e com o uso extensivo e intensivo da mídia e dos recursos administrativos disponíveis. A combinação desses recursos opera através de uma centralização hierárquica coesa e de um modelo próprio de fazer política, que inclui a projeção de candidaturas oficiais. Os candidatos da Igreja são escolhidos após pesquisas realizadas nos quadros de adeptos, e suas campanhas contam com todos os recursos disponíveis na instituição. Existem recenseamentos endógenos sobre os dados eleitorais dos fiéis e campanhas para que os mais jovens estejam aptos ao exercício do voto. Dito de maneira sintética, trata-se da principal instituição brasileira a se dedicar ao direcionamento do voto de seus membros.

No plano simbólico discursivo, observa-se a idéia de tornar o universo político sacralizado, com vistas a eleger homens de Deus capazes de contrapor a diabólica corrupção que assola o país. Assim, a ética da diabolização torna-se a principal estratégia discursiva para a conclamação dos fiéis ao voto, embora o combate direto a ser executado na prática política esteja somente acessível aos pastores. Ainda em conformidade com o



trabalho de Ari Oro (2003), a projeção política da Igreja Universal traz conseqüências tanto ao campo religioso quanto ao campo político. Por um lado, produz um efeito mimético em outras confissões religiosas, que tentam reproduzir suas estratégias; por outro, transforma-se num foco de interesse dos partidos políticos, que com base no poderoso capital político da Igreja objetivam a promoção de alianças e pactos. Entretanto, esse mesmo autor é mais cético em relação às possíveis influências dessa Igreja na macro-política do país, na medida em que se observam alianças com as mais diferentes facções políticas, ora à direita, ora à esquerda, em relações aparentemente contingentes.

## 5 | CULTURA POLÍTICA E OS CULTOS POPULARES NO BRASIL

Nas análises mais estabilizadas, as realidades do campo religioso brasileiro podem facilmente encontrar correspondência na *práxis* política do país. Autores como Scott Mainwaring (2001) identificaram o que poderia ser compreendido como as significações estruturais da *práxis* política brasileira, organizadas num comportamento político do tipo personalista e pragmático. Tanto as dimensões político/administrativas apresentam uma matriz lógica fortemente impregnada pelo clientelismo quanto encontram sua manutenção nos processos decisórios, numa realidade que expressaria os limites da democracia brasileira. Nesses termos, a relação entre a elite política e seus contingentes eleitorais ocorre por meio de barganhas, negociações informais e relações paternalistas, centradas nos aspectos particularistas contrários à universalização de direitos - concepção básica do projeto democrático liberal. Tal tendência seria fomentada à medida que recebe sustentação nas bases populares, para as quais a lógica do clientelismo corresponderia à única forma de assegurar os benefícios historicamente direcionados a segmentos restritos da população. Para os efeitos da argumentação aqui desenvolvida, o que se apresenta como pertinente seria uma relação dialógica entre um processo democrático comprometido em virtude dessas relações particularistas e sua correspondência com as lógicas culturais embasadas em determinados modelos cognitivos, cujas concepções éticas se ajustariam às relações pessoalizadas da cultura política vigente. Num quadro interpretativo convencional, a expansão das práticas mágico-religiosas evidenciaria não apenas a expressão daquelas realidades políticas, como também forneceria a sedimentação simbólica das mesmas.

Tais possibilidades interpretativas tornam-se mais evidentes quando aprofundadas as características dos sistemas cognitivos que ordenam as religiosidades populares aqui estudadas. Como bem advertiu Paula Monteiro (1994), é sobretudo nos estudos antropológicos de Durkheim (1993), Frazer (1956) e Lévy-Bruhl (2008) que o pensamento mágico obteve uma categorização tipológica, especialmente quanto a três traços: (i) sua associação com a ausência de responsabilidade moral; (ii) o forte individualismo e o descentramento dos sujeitos; (iii) sua identificação com uma racionalidade supostamente pré-lógica e incapaz de constituir representações objetivas. Com base nesse marco teórico,

os aspectos característicos de uma cultura popular permeada pela magia comportariam ao menos dois desses traços em evidência, os quais ratificariam as problemáticas da democracia brasileira e da *práxis* política clientelística e paternalista.

Como fora argumentado, no caso das religiões afro-brasileiras, a inexistência de codificações éticas abrangentes solidifica a possibilidade de padrões de comportamento ajustáveis, o que desvela um descentramento dos sujeitos praticantes. Isso explicaria as dificuldades que tais grupos encontram na consolidação de projetos políticos comuns, vide o exemplo da não eleição de seus representantes na arena política. Nesse caso, se observa um individualismo exacerbado e descentrado, de conotações “pós-éticas” compatíveis com uma realidade social na qual tudo vale em nome da própria realização das expectativas e demandas pessoais. Por outro lado, no caso do neopentecostalismo, a ética dicotômica (bem versus mal absoluto) é o que se conecta com a constituição de sujeitos que transferem sua autonomia política para o controle de seus sacerdotes. No caso, evidencia-se uma espécie de perspectiva “pré-ética”, na qual a recusa do mundo do pecado conduz à contraditória lógica da participação política intensa e ao mesmo tempo pouco autônoma, acrescida da mistura de um “individualismo holista” que desfaz qualquer noção de centralidade/responsabilidade dos sujeitos. Em ambos os casos, a fraca consolidação ética e a perspectiva de sujeitos descentrados não conduzirão à consideração de condutas compatíveis com as expectativas liberais democráticas. O que pode ser percebido é que as lógicas de clientelismo e paternalismo da política do País estariam fartamente amparadas em sistemas de crença que ora fomentam a individualidade e personalização das relações, ora relegam a autonomia política aos líderes carismáticos.

Na análise de Prandi (1996), algumas tendências desse modelo interpretativo serão recorrentes. Segundo o autor, o florescimento da magia em meio à sociedade moderno-secular consiste numa reação ao mundo desencantado das instituições burocráticas e racionais, no qual os aspectos tradicionais e pré-capitalistas vêm conquistando cada vez mais espaço. Assim, a cidade moderna, onde tudo é desencantado e não religioso, seria o espaço no qual se exige um comportamento sempre fundado naquela razão que advertia sobre os avanços econômicos e políticos, mas cuja realidade nunca fora estendida a todos. Brasileiros pobres e desempregados, imersos numa realidade social cheia das tensões advindas da violência urbana e da insegurança sócio-econômica, observaram o fracasso das promessas modernas de distribuição de benefícios sociais. Contudo, nesse contexto, os desamparados poderão contar apenas com deuses, mas deuses de todos os tipos e ritos, fartamente encontrados naquela mesma cidade (Cf. PRANDI, 1996). Ainda segundo esse autor, embora as vertentes religiosas de caráter mágico mantenham diferenças em relação ao comportamento político de seus adeptos, bem como em seus modos de aproximação com a esfera pública, todas sinalizam uma inequívoca relação na qual uma cultura política pouco democrática se estabelece: por um lado, as promessas da modernidade não alcançaram todos os segmentos da sociedade e assim se favoreceu o florescimento

da dimensão mágica necessária à reorganização das experiências identitárias daqueles indivíduos aliados do processo de modernização; por outro, esta proliferação da magia sustentaria as tendências personalistas e clientelísticas fomentando uma cultura política de bases democráticas debilitadas. Para Prandi (1996), o quadro relativo às práticas religiosas populares e a política brasileira sinaliza o seguinte axioma: o Brasil está mais perto da magia e, de modo reverso, distante da política.

Como pode ser constatado junto a esse modelo de análise “convencional”, se o país está imerso em magia e, por conseguinte, distante do político, corrobora-se com as perspectivas que asseveram a incompletude da modernização do país. O que se destaca é que as orientações teóricas que procuram analisar a interface entre a cultura política brasileira e seus aspectos religiosos, tanto a partir de numa apropriação do conceito de secularização de Max Weber (1980), quanto através das categorias do pensamento mágico formuladas pela antropologia clássica, apenas serão capazes de reproduzir e confirmar as constatações sobre o afastamento das realidades observadas junto a um determinado padrão cultural, que definitivamente é alheio às realidades da cultura brasileira. Numa ótica mais radical, e por certo a mais problemática, poder-se-ia sugerir que a suposta característica da “mentalidade pré-lógica” dos esquemas cognitivos populares conjugaria todos esses fatores e encerraria qualquer possibilidade do projeto democrático no país.

Não se trata de afirmar que tais análises não encontrem reciprocidade empírica ou que as realidades tratadas não sejam evidentemente trágicas. Decerto, os sistemas de crença articulados junto às religiosidades populares tanto influenciam no estabelecimento das relações clientelísticas quanto são fomentados pela fraca consolidação dos direitos sociais no país. Há nisso uma relação recíproca na qual o pensamento religioso pode favorecer um modelo de cultura política e vice-versa. O problema não se refere ao diagnóstico formulado. O que está sendo sugerido é que o esquema de inferências sobre esse diagnóstico não deve ser elaborado a partir de modelos de análise fundamentados em comparações entre diferentes sistemas, sob pena de empobrecer a compreensão das realidades observadas em seus aspectos mais específicos. Disso decorre que uma agenda de pesquisa seria mais fecunda ao não se restringir a perspectivas teóricas constituídas no marco epistêmico “moderno”, o qual, na maioria das vezes, reproduziu a dualidade atraso/progresso e fomentou concepções normativas. Ora, parece-me que todos já sabem que no Brasil existe clientelismo e patronagem. Resta sim, identificar o que esses sistemas expressam no interior da própria cultura brasileira. Noutra medida, se nossa reflexão ajuda a correlacionar as crenças mágicas a essas realidades políticas, nossa inferência sobre a magia na sociedade contemporânea também deve ser relativizada, devendo ser refletida mediante suas lógicas e contextos próprios de operacionalização.

É nesse propósito que DaMatta (1993) empreendeu uma análise da cultura política brasileira observada mediante suas próprias lógicas. Conforme refere o autor, a grande pobreza epistêmica das observações sobre o país origina-se no fato de que os analistas

raramente discutem seus referenciais, os quais são tomados de modo *apriori* como lógicos e precisos, sendo os mesmos componentes de um sistema definível em categorias como modernidade, capitalismo e progresso. No entanto, deve-se ressaltar que tais categorias são formuladas pelo próprio observador, e dessa maneira, tornam-se peso e medida de sua própria análise. Assim, a realidade política brasileira tende a ser vista com carente de linearidade, como se o pressuposto de qualquer análise fosse o de detectar uma história similar às realidades do norte ocidental, constituídas por meio da acumulação de instituições que substituíram suas predecessoras. É nesse marco analítico que se tende a compreender a cultura brasileira (em termos políticos e mágico-religiosos) como mescla incoerente de instituições; uma fusão excêntrica entre o público e o privado, a qual se amplia nas tendências do patrimonialismo e clientelismo político.

Como propõe DaMatta (1993), ao invés de nos impressionarmos com essas “estranhas concomitâncias” devemos nos ater a categorias que nos permitam estabelecer as conexões e relações existentes entre as diferentes lógicas que circulam pela sociedade brasileira. A questão consiste em demonstrar que os elementos empíricos de cada contexto são experimentados, historicamente, de forma diversa. No que se refere ao padrão democrático que se tem por “modelo”, torna-se coerente projetá-lo como parte de realidades empíricas variadas (pois a variedade é parte da natureza social), cuja diversidade encontra-se orquestrada num só credo ou sistema de valores: o igualitarismo liberal racional. No entanto, a aparência de ordem e coesão desses sistemas apenas opera em torno de uma moldura ideológica que torna ilegítimos outras realidades políticas. Por esse prisma, o que caracteriza a cultura política brasileira é a ausência de necessidade de legitimar sua ordem, e a lógica de suas práticas personalistas, seus favores e clientelismos, expressam nada mais do que um sistema de recusa a certas coerências importadas de sistemas alheios. O que DaMatta (1993) propõe é que, no Brasil, tradição e modernidade não se excluem, compondo uma oposição hierárquica e complementar que possui a “trágica” capacidade de compensar as injustiças do sistema. Numa complexa gramática das passagens entre a casa (o privado) e a rua (o público), engendra-se um modo próprio de navegar pelo social, através do qual é possível ser liberal e ao mesmo tempo prestar favores. Há sempre uma luta entre os níveis formais e informais do sistema, que se revela como espécie de solução cultural destinada a suplantar os conflitos engendrados num país onde as lógicas particularistas passaram a conviver mais tardiamente com a ordem universalista. Entretanto, há um encontro dos dois modelos, e a modernidade não levou a uma desativação dos mecanismos tradicionais, mas a formas de compatibilização entre as tendências.

Esses mesmos parâmetros servem de base para uma análise da conservação e reprodução das religiosidades mágicas no país. O pensamento mágico não corresponde à incapacidade de absorção de perspectivas racionais por parte de um dado sistema. Aliás, Evans-Pritchard (2005) já mostrara que entre os Azande, do Sudão de colonização

insipiente, a crença generalizada na bruxaria não significava apenas uma vivência impregnada pelo misticismo, mas uma explicação para os infortúnios que não ignorava as relações entre causa e efeito, também admitidas e consideradas. Com essa demonstração, Evans-Pritchard (2005) sobrepôs possibilidades de diferentes lógicas cognitivas num mesmo sistema cultural, percebendo ainda as relações de complementaridade das lógicas pelas quais se valiam os Azande. O que parece ter relações com a magia presente nas religiões populares e no sistema cultural brasileiro é que, assim como na cultura política a mistura entre o público e o privado são complementares e expressam as dramáticas contradições do sistema, o intercâmbio entre magia e racionalidade sinaliza as soluções cognitivas necessárias para a percepção de uma complexa realidade social para a qual a racionalidade pragmática não encontrou todas as soluções.

Contudo, deve-se considerar que também é enganoso imaginar que o pensamento mágico opera na sociedade contemporânea em seu estado puro. Como recupera Montero (1994), no Brasil a magia se tornou moderna através de dois processos: a crise da modernidade; e a racionalização da magia. Tais operações ocorrem através das condições de pluralização e competição do campo religioso brasileiro, nos quais os sistemas religiosos em posição de equivalência se tornam interlocutores de um acirrado debate, numa luta de caráter eminentemente político em que se confrontam formulações de categorias cognitivas que devem produzir confiabilidade. Para tanto, as crenças devem se submeter a processos cognitivos de validação das argumentações que adentram o debate, devendo obter consenso em torno das proposições confrontadas. Como conclui Montero (1994), no contexto brasileiro, não é possível contrapor magia e racionalidade, pois as crenças mágicas, em sua operacionalidade concreta, estão perpassadas pela mesma lógica da racionalidade concorrencial que organiza a sociedade como um todo. O caráter concorrencial do campo religioso obriga o adepto a sair do confortável lugar das doxas para constituir consensos em torno da validade de suas proposições ou práticas. Nessa mesma lógica, através do discurso dos idiomas rituais, o crente pode interiorizar as atitudes básicas exigidas no exercício da cidadania política. Em outra via, também demonstra-se necessário avaliar que a afirmação de que a magia seria apenas factível numa sociedade de “modernidade incompleta” corresponde a uma incapacidade de percepção quanto a presença dos misticismos que emergem atualmente nos próprios redutos originários da democracia moderna, caso dos contextos franceses analisados por Hervieu-Léger (1999). Em síntese, pode-se sugerir que a presença da magia na sociedade brasileira contemporânea, constada na amplitude dos cultos religiosos populares, é menos um sinal de irracionalidade e incompatibilidade política do que uma co-presença de esquemas cognitivos, o que é próprio da arquitetura do pensamento humano. Tal abordagem já foi desenvolvida em trabalhos como os de Edgar Morin, que concebeu a existência de uma relação equilibrada entre pensamento mágico e racional, os quais se complementam e interagem “como se tivessem uma necessidade permanente um do outro” (MORIN, 1996,

## 6 | CONCLUSÕES

Como bem avaliou Oro (1997), no contexto latino-americano, malgrado o caráter secular da atividade política, as fronteiras entre os campos político e religioso encontram-se matizadas e se articulam por diversos e inusitados ângulos. No Brasil essas conexões se processam, em parte, através da aproximação de segmentos religiosos junto à esfera pública, em empreendimentos nos quais políticos e grupos religiosos visam assegurar benefícios em causa própria. No que concerne às reflexões desse texto, tais conexões também expressam a factível influência que as concepções religiosas projetam sobre as pautas de comportamento político, tanto nos processos decisórios de voto, quanto nas condições através das quais se exerce a cidadania e a democracia no país.

O sistema cultural brasileiro contém grandes doses dos esquemas cognitivos típicos do pensamento mágico. Ao isolar esses elementos verificando os sistemas de crença próprios das religiões populares, tornam-se claras as correlações entre as categorias de pensamento amplamente disseminadas na sociedade brasileira e as lógicas de uma *práxis* política. As acepções ora individualistas ora holistas que decorrem de formulações pós ou pré-éticas, encontradas nessas religiões, e cujas insólitas combinações revelam os “sujeitos descentrados” que emergem em suas pertencas, sinalizam de maneira assertiva algumas modalidades de conduta relacionadas com comportamentos políticos clientelísticos e personalistas. Decerto, tais condutas geram dúvidas sobre a legitimidade da democracia no país e sobre as possibilidades de consolidação da cidadania. Entretanto, se essas realidades são complexas e danosas para aqueles que as vivem, considera-se que as mesmas não devam ser refletidas sob uma episteme moderna que apenas enuncie as diferenças em relação a outras matrizes possíveis. Tal perspectiva não amplia considerações posteriores aos diagnósticos realizados, e a compreensão de cada sistema em suas próprias conexões e contradições parece oferecer instrumentos reflexivos mais fecundos para descortinar as lógicas de seu funcionamento. A questão não consiste em perceber que realidades sociais são “incompletas”, mas em evidenciar de que modo as particularidades dessas realidades se conjugam em seus próprios termos.

Avaliar os problemas da *práxis* política brasileira significa verificar que o igualitarismo no país nunca foi igualitário, e que é essa contradição que está em jogo quando favores e personalismos se reproduzem em meio e em conjunto com perspectivas liberais. O mesmo se diz da magia, que não exclui a lógica racional, capitalista e secular, mas opera como complemento aos sentidos cognitivos mais amplos preteridos por aquela lógica. No Brasil, por mais contraditório que pareça, favores particulares e liberalismo convivem sem se excluir, magia e racionalidade estão acopladas, e nesses termos, trata-se de um contexto em que as matrizes cognitivas que estruturam o sistema cultural não são nem totalmente

mágicas nem secularizadas. Elas residem na cavidade existente entre o pensamento mágico e o pensamento secular.

## REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

BERGER, Peter. *Um Rumor de Anjos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

BRUMANA, Fernando. G.; MARTÍNEZ, Elda. G. *Marginália Sagrada*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.

BURITY, Joanildo. Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. *Revista de Estudos da Religião / REVER*, São Paulo, n.º. 4, 2001, pp. 27-45.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Kardecismo e Umbanda*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1961.

DAMATTA, Roberto. *Conta de Mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DURKHEIM, Émile. *Las formas elementales de la vida religiosa*. Madrid: Alianza, 1993.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FRAZER, James. *La Rama Dorada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.

GOLDMAN, Márcio. A construção ritual da pessoa: a possessão no Candomblé. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, ano 5, n.º. 5, 1985, pp. 22-55.

HERVIEU-LÉGER, Daniele. *Le pèlerin et le converti. La religion em mouvement*. Paris: Flammarion, 1999.

LÉVY-BRUHL, Lucien. *A Mentalidade Primitiva*. São Paulo: Paulus, 2008.

MAGGIE, Yvonne. *Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MAINWARING, Scott P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

MARIANO, Ricardo. Expansão Pentecostal No Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, vol. 18, n.º.52, 2004, pp. 121-138.

MARTÍN, Eloísa. From Popular Religion to Practices of Sacralization: approaches for a conceptual discussion. *Social Compass*, n.º56, vol.2, 2009, pp. 273-285.

- MONTERO, Paula. Magia, Racionalidade e Sujeitos Políticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 26, ano 9, São Paulo, outubro de 1994.
- MORIN, Edgar. *O Método III. O conhecimento do conhecimento / 1*. Porto Alegre: Sulina, 1996.
- NEGRÃO, Lísias. *Entre a Cruz e a Encruzilhada: Formação do Campo Umbandista em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- ORO, Ari Pedro. O neopentecostalismo macumbeiro. *Revista USP*, São Paulo, nº.68, 2006, pp. 319-332.
- ORO, Ari Pedro. A Política da Igreja Universal e seus Reflexos nos Campos Religioso e Político Brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 18, nº.53, Outubro, 2003, pp. 54-69.
- ORO, Ari Pedro. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 2, nº.3, Set, 2001, pp. 09-70.
- ORO, Ari Pedro. Religião e Política nos Países do Cone-Sul. In: ORO, Ari Pedro.; STEIL, Carlos Alberto. (Orgs.). *Globalização e Religião*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PELS, Peter. Introduction: magic and modernity. In: MEYER, Birgit; PELS, Peter (Orgs.). *Magic and Modernity: interfaces of revelation and concealment*. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. Apêndice: as religiões no Brasil. In: HELLERN, Victor. (Org.). *O Livro das Religiões*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- PRANDI, Reginaldo. "Hipertrofia ritual das religiões afro-brasileiras". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº. 56, 2000, pp. 77-88.
- PRANDI, Reginaldo. Perto da Magia, Longe da Política. In: PIERUCCI, Antonio Flávio.; PRANDI, Reginaldo. (Orgs.). *A Realidade Social das Religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Huitec, 1996.
- PRANDI, Reginaldo. *Os Candomblés de São Paulo*. São Paulo: Hucitec - Edusp, 1991.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais: uma análise simbólica. *Revista USP*, São Paulo, n.º 67, 2005, pp. 150-175.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. In: WEBER, Max. *Textos Selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescente 9, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 363  
Adriano Hypólito 188, 189, 190, 192, 193, 194  
Agenda 187, 206, 355  
Agricultura familiar 320, 330, 336, 337, 339, 341, 342  
Agronegócio 269, 270, 313  
Alfabetização Financeira 6, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46  
Alimentação Saudável 107  
Amputação 228, 229, 233, 234, 235, 236  
Arquivo Pessoal 355, 356, 362  
Arte Sacra 212, 225  
Ato Infracional 181, 182, 184, 186

### B

Bibliotecas Universitárias 6, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 76, 77, 78, 79

### C

Café 9, 112, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 283, 284, 285, 286, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 323, 324, 327, 328, 329  
Catolicismo 188, 191  
Certificações 313, 315, 316  
Cobertura Vegetal 5, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 302, 303  
Comércio Justo 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 324, 325, 326, 327, 328  
Complexidade 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 59, 61, 62, 63, 69, 129, 177, 252, 330  
Comunicação 27, 70, 170, 171, 173, 177, 180, 187, 238, 253  
Conflitos de gerações 330  
Consumidores 81, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 93, 98, 107, 110, 111, 113, 197, 200, 238, 239, 241, 244, 257, 258, 267, 268, 353  
Contexto Rural 330, 332  
Controle social 1, 2, 71  
Cultura Política 8, 2, 5, 196, 197, 198, 199, 204, 205, 206, 207, 208  
Custos 78, 100, 116, 118, 121, 124, 125, 126, 134, 273, 284, 286, 311, 343, 344, 345, 347, 352, 353, 354  
Custos de transação 100, 121, 124, 125, 126, 134

## D

Deficientes 228, 229, 231, 235, 236

Degradação Ambiental 287, 290

## E

Egodocumento 10, 355

Ensino em contabilidade 6, 12, 15, 26

Ensino Médio 6, 20, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 46

Estado 7, 2, 11, 15, 27, 37, 40, 84, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 114, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 134, 136, 137, 139, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 168, 169, 172, 181, 182, 186, 191, 193, 194, 198, 200, 208, 230, 233, 270, 271, 272, 279, 280, 285, 291, 293, 298, 300, 324, 348, 356

## F

Fluência 48, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 59, 60, 63

Fragilidade Física Ambiental 299, 301

Fronteira 7, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 151, 197, 210

## G

Gases Efeito Estufa 8, 269, 270

Geoprocessamento 294, 299

Gestão da conservação 287, 289, 296

Gestão Estratégica 6, 66, 67, 68, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Governança Corporativa 5, 7, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 166, 167, 168, 169

## I

Iconografia Cristã 212

Ideologia 103, 138, 139, 140, 141, 146, 147, 153, 180, 191

Instituições 7, 3, 14, 15, 18, 20, 23, 50, 67, 69, 70, 73, 76, 77, 80, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 128, 131, 132, 133, 136, 143, 147, 158, 167, 174, 176, 184, 185, 192, 201, 205, 207, 231, 239, 243, 273, 315, 340

Interações 8, 141, 177, 183, 238, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 339

Invisibilidade social 330

## L

Língua Portuguesa 14, 48, 49, 50, 54, 57, 59, 62, 63, 64

## **M**

Marketing 8, 46, 81, 83, 88, 107, 108, 110, 113, 118, 119, 120, 202, 240, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 267, 268, 314, 328

Marketing Digital 8, 255, 256, 257, 258, 267, 268

Marxismo 138, 154, 188, 194

Mercado 5, 7, 12, 21, 25, 28, 30, 31, 37, 73, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 94, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 118, 119, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 142, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 167, 168, 169, 183, 186, 202, 210, 228, 229, 231, 239, 254, 257, 258, 268, 278, 313, 314, 315, 316, 323, 324, 325, 326, 329, 344, 347

Mercado de capitais 156, 158, 159, 168

Metodologia Qualitativa 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6

Metodologia Quantitativa 1, 3, 4, 5, 6, 7

Metodologias de ensino 6, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 24, 25, 26

Mídia 5, 70, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 203, 212, 239, 241, 243, 251, 253

Mídias Digitais 180, 238, 243, 255, 259

## **P**

Paisagem Patrimonial 287, 290

Parque Nacional 9, 299, 300, 301, 304, 307, 311

Patrimônio Cultural 5, 287, 288, 291, 293, 296, 297, 298, 337, 338

Pensamento Secular 196, 210

Percepção discente 12, 13, 14, 17, 19, 22, 25

Planejamento 9, 6, 32, 33, 36, 46, 49, 50, 52, 66, 73, 74, 75, 79, 83, 92, 114, 117, 119, 123, 129, 255, 257, 267, 291, 296, 299, 301, 311, 312, 317, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 352, 353, 354

Planejamento Estratégico 66, 74, 75, 79, 255, 257, 267

Plano de negócios 109, 114, 117, 118

Plano Orçamentário 343, 344, 349, 353

poder 2, 4, 6, 35, 49, 71, 80, 94, 101, 142, 151, 152, 171, 174, 183, 189, 190, 194, 201, 202, 206, 210, 222, 225, 255, 256, 289, 325, 330, 331, 333, 334, 337, 340, 345, 346, 360

Poder 5, 136, 330

Produção de coffea canephora 8, 269

Produtos de giro rápido 6, 81, 82, 83, 89, 91

## Q

Quentinhas Saudáveis 107, 108, 109

## R

Redes Sociais 8, 82, 101, 238, 239, 240, 244, 250, 252, 254, 255, 256, 260, 261, 262, 263, 266, 267

Relação Econômica 7, 138, 142, 144, 148

Relação Jurídica 7, 138, 142, 144, 147, 148, 152

Religiões Populares 8, 196, 197, 208, 209

Rentabilidade 7, 116, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 314, 326, 339

Repetição de tarefas 52, 63

Responsabilidade Social 66, 72, 78, 79, 287, 293, 297

## S

Santíssima Trindade 8, 212, 215, 216, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226

Sistemas de crença 196, 197, 198, 205, 206, 209

Sociedade pós-industrial 121, 128, 130, 133, 135, 136

## T

TáxiGov 7, 121, 134, 137

Técnicas de pesquisa 1, 3, 4

Touch 228, 229, 230, 234, 235, 236

## V

Variáveis de controle 28, 38, 39, 40, 41, 42, 43

Vendas 6, 81, 82, 83, 84, 89, 92, 93, 117, 159, 161, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 344, 345

# CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

**Desafios metodológicos e resultados empíricos**



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2021

# CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

**Desafios metodológicos e resultados empíricos**



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2021